

UNIÕES PREMATURAS

Lançado movimento para massificar a divulgação da lei

Notícias, Nacional, 13.12.2021, Paq. 06, Ed. nº 31, 480

UM movimento denominado “Eu +” foi lançado semana passada, em Maputo, para massificar a divulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, no país.

Trata-se de uma iniciativa que envolve organizações da sociedade civil, governo, procuradoria, entre outras entidades, e têm como propósito fazer chegar este instrumento em várias línguas, para que seja de domínio de todos.

Salomé Mimbir, gestora de programas do Fórum da So-

ciiedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC) acredita que este movimento irá acrescentar valor aos esforços que o governo, bem como a Coligação para a Eliminação das Uniões Prematuras (CECAP) vêm levando a cabo para a erradicação deste mal social.

Recordou que o país aprovou, em finais de 2019, a Lei número 19/2019, de 22 de Outubro, que tem por objecto a proibição, prevenção e mitigação das uniões prematuras, a penalização dos seus auto-

res e, ainda, a protecção das crianças que se encontrem ou que estavam nessas uniões.

“Dois anos após a aprovação da Lei, torna-se necessário massificar e divulgar este instrumento, com vista a garantir que todos os seguimentos da sociedade estejam engajados na prevenção das uniões prematuras”, indicou.

O lançamento do “Movimento Eu +” acontece num contexto em que, segundo Angélica Magaia, directora nacional para a Área da Crian-

ça, no Ministério do Género, Criança e Acção Social, há uma tendência de aumento de denúncias e redução de casos de uniões prematuras, na sociedade moçambicana.

Esclareceu que a informação inicial que orientou a criação e a aprovação da Lei foi baseada nas estatísticas do Inquérito Demográfico de Saúde, de 2011, que mostrava que cerca de 48 por cento das meninas estavam casadas antes dos 18 anos.

Contudo, avança que, em

2019, foi realizado o Inquérito Nacional sobre Violência contra a Criança que indica que 41 por cento das raparigas entre 18 e 24 relataram estar casadas ou viveram numa relação marital antes dos 18 anos.

Falando sobre este movimento, Magaia avançou que caberá a instituição que representa trabalhar na harmonização das mensagens a serem transmitidas nas comunidades, garantindo que estas não contrariem as orientações técnicas da lei.